



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 093

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 093****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão ..... 02****Expediente:**

Projetos de Lei ..... 02

**Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto ..... 05

Dep. Padre Paulo Campos..... 05

Dep. Rafael Greca..... 06

Dep. José Domingos Scarpellini .... 07

Dep. Elio Rusch ..... 08

Dep. José Maria Ferreira..... 09

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PT:

Dep. Padre Paulo Campos..... 06

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto ..... 10

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães .... 11

Liderança do PMDB:

Dep. José Maria Ferreira ..... 12

Liderança da Oposição:

Dep. Plauto Miró Guimarães .... 13

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 14

**Encerramento da Sessão Ordinária..... 15****087ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE SETEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri (29). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Reni Pereira, Ademar Traiano, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Valdir Rossoni e Waldir Leite (24). Em licença a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:****O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Projetos de Lei****PROJETO DE LEI Nº 537/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a implantar nos municípios paranaenses “Centros de Cuidados Diurnos às Pessoas Idosas”, para atender pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com renda igual ou inferior a um salário mínimo.

Art. 2º O Centro será implantado para atendimento de pessoas idosas dependentes e semidependentes de

A.V.D. (Atividades de Vida Diária), que por carências familiares e funcionais não podem permanecer sozinhas no domicílio durante o dia.

Art. 3º O Centro disponibilizará atendimento de qualidade de atenção à pessoa idosa, carente de cuidados básicos diários sem possibilidade socioeconômica, familiar e psicossocial.

Art. 4º O Centro oferecerá atendimento de assistência ao idoso com equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividade física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

Art. 5º O Governo do Estado poderá realizar convênios com os governos Municipal e Federal para a implantação desses Centros nos municípios.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.09.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O Brasil conta hoje com 9,6% de sua população, ou seja, 16,7 milhões de brasileiros estão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Muitos desses idosos, segundo levantamento realizado em 2003, vivem sozinhos. Hoje 12% deste total vivem sozinhos e 24% apenas com o seu cônjuge. E eles estão nos municípios paranaenses também, por isso precisamos nos preocupar com eles.

O Centro de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa funcionará a exemplo de uma creche, sem concorrer com as organizações “clubes de idosos, associações de idosos” já existentes, oferecendo atendimento especial de assistência ao idoso. Os Governos Estadual, Federal e Municipal poderão de forma conjunta contratar equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividade física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

Hoje muitos idosos paranaenses vivem deprimidos, isolados, discriminados porque lhe falta convívio, a própria família muitas vezes prioriza o trabalho, etc, e o abandona. Buscamos com o presente projeto oferecer aos idosos esquecidos, a vida. Pois o Centro estará oferecendo uma oportunidade clara de socializar-se com pessoas da mesma idade.

Certa de que estamos contribuindo para organizar a sociedade e por se tratar de uma proposta com grande alcance social e humanitário esperamos de todos os nobres Deputadas e Deputados a compreensão e o apoio para aprovação deste projeto de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 538/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido a duplicidade de cobrança de pedágio pelas empresas que detêm através de contrato, concessão para administrar as rodovias do Estado do Paraná.

§ 1º As empresas que administram as praças só poderão cobrar uma vez por esse serviço, respeitando o prazo de 24 horas, ficando sempre o retorno dos motoristas isentos dessas cobranças.

Art. 2º Só terá direito à isenção do pagamento do pedágio, o motorista que apresentar o comprovante recebido nas cabines dos postos de arrecadação, quando da passagem pelo mesmo.

Art. 3º As empresas concessionárias que descumprirem a lei, serão notificadas com advertências, suspensão temporária ou cassação definitiva da concessão.

Art. 4º O Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, para regulamentar a referida lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.09.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista os abusos cometidos pelas empresas concessionárias dos pedágios nos Estados do Paraná e a falta de investimentos pelas mesmas, como previa o contrato original de concessão, o presente projeto de lei tem como objetivo garantir um menor preço nos trajetos, uma vez que a cobrança será feita uma única vez quando o motorista usar a mesma praça no prazo estipulado em 24 horas e com a apresentação do ticket de cobrança.

O aumento garantido através de liminar concedida pela Justiça Federal é outro fator que motiva a apresentação deste projeto. Tomando como exemplo um caminhão de seis eixos e que, este saia de Foz do Iguaçu com destino a Cândói, o motorista pagará nas cinco praças existentes R\$ 119,40. Retornando no mesmo dia, o mesmo motorista deixará nos cofres das concessionárias, R\$ 238,80.

Outro abuso cometido pelas praças de pedágio é o curto trajeto que muitos motoristas fazem para se deslocar de uma cidade a outra. Podemos citar como exemplos as praças de Porto Amazonas a Palmeira e Mandaguari a Maringá. Um morador de Mandaguari, que se desloque a Maringá e lá permaneça um curto espaço de tempo, é hoje obrigado a pagar a tarifa tantas quantas vezes faça o trajeto de ida e volta no mesmo dia.

Com a aprovação deste projeto, os custos dos pedágios terão uma redução significativa no bolso dos

usuários, evitando ainda que as empresas donas das concessões pratiquem uma bitributação sobre os usuários e desta forma defendamos o interesse do povo paranaense, pois, além do alto preço cobrado, o Paraná é o único Estado Brasileiro, onde as concessionárias cobram tarifas sobre motocicletas.

**PROJETO DE LEI Nº 539/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Antonio Lacerda Braga Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubitatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Antonio Lacerda Braga Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na Rua Marechal Cândido Rondon, s/n, Jardim Panorama, do Município de Ubitatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- Prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- Buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade.
- Promover entrosamento entre pais, alunos e professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio educativas, culturais e desportivas.

**PROJETO DE LEI Nº 540/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de Linha Salete - AMLS, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.09.2005.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores da Linha Salete - AMLS, com sede na comunidade de Linha Salete, Município de Medianeira, Estado do Paraná, foi fundada em 10 de abril de 1995 e tem como finalidade proporcionar a difusão do civismo, da cultura intelectual e física, da educação comunitária, podendo para tal realizar reuniões e divertimentos de caráter social e esportivo.

**PROJETO DE LEI Nº 541/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, de 600,00 metros quadrados do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, localizado na Quadra nº 30 (remanescente) com área total de 15.490,75 metros quadrados, registrado no cartório de imóveis da Comarca de Jandaia do Sul, matrícula nº 2.609.

Art. 2º Os 600,00 m2, que será destinado à doação, de que trata o artigo anterior deverá ser destinada exclusivamente à construção de unidade do Corpo de Bombeiros Municipal.

Art. 3º Cabe anotação de cláusula de reversão em caso de não utilização para a finalidade a que se destina a referida doação.

Art. 4 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.09.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de parte do imóvel registrado sob a matrícula nº 2.609, quadra 30, com área total de 15.490,75m2, parte esta que corresponde a 600,00m2 que será destinado à construção de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

É notória a extrema importância para a comunidade local, de uma unidade do Corpo de Bombeiros, que em sendo reivindicada há mais de 30 anos. Neste imóvel encontra-se construída uma escola estadual, tendo uma grande área que se encontra abandonada, e a área onde será construída a unidade do Corpo de Bombeiros ficará ao lado da unidade já existente da SANEPAR, o que facilitará em muito a execução da construção da unidade dos Bombeiros, não sendo necessários obras a mais na cidade para construção de hidrantes.

Cabe ainda destacar que, conforme documentação anexa, o pedido foi feito à Secretaria da Educação, tendo todos os pareceres favoráveis, conforme comprova o pro-

toocolo nº 8.559.589-0 de 20 de julho de 2005, (cópias anexas), e a entrada ficará em rua independente da entrada do colégio, não comprometendo, portanto a segurança e integridade física dos alunos.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, no Pequeno expediente, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia 06 de setembro de 1979, há vinte e seis anos, depois de quinze anos no exílio, Leonel de Moura Brizola retornava ao Brasil, graças ao regime democrático que começava a se instalar em nosso país, mas que viria ser conquistado efetivamente seis anos depois.

Nesse período de reabertura, como era conhecido, quando os militares proporcionavam a oportunidade concedida aos líderes brasileiros que estavam fora da nossa Nação retornar ao país, graças à pressão popular o maior estadista vivo na época, das Américas, Leonel de Moura Brizola, escolhia o Paraná para voltar ao Brasil. Entrou por Foz do Iguaçu e foi recepcionado por líderes de todas as siglas oficiais e extra-oficiais, porque na época vivíamos o bipartidarismo e os líderes do antigo MDB nacional como Pedro Simon, estadual Deny Schwartz, Euclides Scalco, Sebastião Rodrigues, Nilso Sguarezi e tantos outros foram recepcionar Leonel de Moura Brizola. Vereadores, Prefeitos do MDB ou até mesmo da ARENA, antigos petebistas que se omiziam dentro da ARENA, que era o regime oficial do nosso país foram saudar o grande Leonel Brizola.

Esta é uma data histórica para nós. Fazemos o registro na tarde de hoje, nesta Casa, porque Leonel Brizola retornou ao Brasil pelos braços do povo numa trâmia arquitetada dentro do Palácio do Planalto, comandado por um militar, o feitiço político Golbery do Couto e Silva, que retirou a sigla legítima, trabalhista que pertencia a Leonel Brizola. Um resíduo defensor do trabalhismo autêntico, que teve Souza Naves, João Goulart, Getúlio Vargas, Alberto Pascoalino e tantos outros, não pôde ficar com a sigla petebista. Nem mesmo essa armação pertetada pela ditadura militar, conseguiu empanar o brilho de Leonel de Moura Brizola.

Já havia, naquela época, os arquitetos da Ditadura e que Brizola seria um grande líder nacional, com grandes chances de chegar à Presidência da República.

Aplicaram a Brizola o maior revés da sua vida, que foi tirar dele o PTB. Mas ele não se entregou. Fundou o PDT, que hoje se mostra um partido isento, coeso, limpo.

E, quanto mais o tempo passa, mais o Brasil sente a falta de Leonel Brizola.

Que falta faz Leonel de Moura Brizola! Ele, com a sua visão política privilegiada previu, antes de morrer, tudo isso que hoje acontece em nosso país. Que falta faz a visão nacionalista coerente política e partidariamente de um verdadeiro estrategista, que hoje o nosso país não possui.

Orgulha a todos nós pedetistas termos a égide do grande Leonel Brizola a nos inspirar. Quanto mais o tempo passa, mais se torna presente o legado do eterno, do saudoso Leonel de Moura Brizola. E foi no Paraná, por onde ele se despediu, que ele disse a este Deputado que sonharia em residir aqui, no nosso Estado, mas Deus o levou antes de ele concretizar esse sonho de encerrar os últimos dias da sua vida em solo paranaense.

Recordo-me, até hoje, da data em que ele não sabia que se despediria do Paraná, quando estávamos no carro, junto com o Senador Osmar Dias, e ele pediu para parar o carro e ver a terra vermelha do norte do Paraná sendo molhada pela chuva benfazeja. Foi a última imagem que nós temos de Leonel Brizola e é a homenagem que fazemos, na tarde de hoje, ao maior líder que o nosso Partido já teve em todos os tempos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito Deputado Padre Paulo Campos.

### ***Deputado Padre Paulo Campos (PT)***

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Sras. e Srs. Deputados; imprensa e convidados desta Casa.

Eu, como vocês vêem, raramente venho à tribuna, até porque acredito que não é vindo à tribuna, não é o tanto falar, embora que seja o Parlamento, o que mais importa na vida de um Parlamentar, mas, sem dúvida, é o trabalho que prestamos nesta Casa de Leis e o trabalho que prestamos pelo Estado do Paraná.

Pois bem, o Dicionário Novo Aurélio Século XXI, assim define a política: “ciência dos fenômenos referentes ao Estado. Platão, no livro “A República”, há 2.500 anos, dizia que política é ciência, arte, técnica do bem comum, da justiça e da verdade. O mesmo dicionário Novo Aurélio define politicagem como política mesquinha, estreita, de interesses pessoais.

Eu acho lamentável quando uma Casa de Leis passa a fazer reflexão, passa a resumir a sua vida, Deputado Barbosa Neto, apenas pelo ângulo da Situação e da Oposição, em detrimento da população do Estado que, aqui, Deputado Nelson Garcia, são dez milhões de paranaenses. Eu acho lamentável e não me coloco nem como Situação ou Oposição meramente, porque estaria me incluindo naquela definição do dicionário como politi-

queiro, mas me coloco como defensor do Estado do Paraná, como tantos companheiros.

Eu venho a esta tribuna hoje, para registrar um fato que, lamentavelmente, aconteceu com a Secretaria de Educação em relação à APP Sindicato. Fato que está registrado em jornais, muito apelativo; fato de perseguição em vista das eleições desse sindicato, a APP; perseguição de uma chapa a outra, que poderíamos, de maneira rasa, dizer: a chapa representada por membros do Governo contra a chapa representada pela atual direção da APP Sindicato.

Acho lamentável, Deputado Vanhoni, no estado democrático como é o nosso, uma Secretaria séria, que tenho admiração pela Secretaria da Educação, pelo Secretário Maurício Requião; e deixo claro que não estou vindo falar contra Maurício Requião e a favor da APP, mas vindo registrar como eco da população educadora do Estado do Paraná este fato.

Ora, é lícito, é legítimo que em época de eleições existam chapas constituídas. Do contrário, Nelson Garcia, não deveria haver eleição. Se a chapa constituída, é claro que se dá a disputa pelo mérito, se dá a disputa por princípios, por teses, por discussão e não, Sr. Presidente, por agressão.

A mesma Secretaria, e aqui tem documento através de um núcleo regional de educação, usa de um memorando externo, usa do sistema, usa da máquina para enviar carta às escolas (e aqui tem cópia também) ameaçando, criticando a atual chapa e candidata à eleição, e pedindo para que se vote (exercendo a cidadania) na chapa contrária.

Ora, a Constituição deixa claro que não é papel do empregador reivindicar...

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Concede-me um aparte?

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Estou no horário já vencendo, Deputado Vanhoni. Um minutinho e já lhe passo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe aparte, Deputado Vanhoni.  
Está no Pequeno Expediente, agora.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Não é papel do empregador, não é papel do patrão incentivar categorias para se inscreverem em sindicato.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Poderia sugerir com a aquiescência do Líder, Deputado Tadeu Veneri, de que o Deputado Padre Paulo usasse o Horário da Liderança do PT, como tem sido praxe nesta Casa, se V. Exa. consentir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais dez minutos da Liderança do PT.

Hoje são cinco minutos aliás, na terça-feira são cinco minutos.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigado. Então, já lhe concederei aparte na sequência, Deputado Vanhoni.

Então, veja, não é constitucional que isso aconteça. Realmente, é de nos preocuparmos com a situação.

Outro dado que quero trazer, que os números apresentados pela Secretaria da Fazenda, isto já está comprovado, também não bate. A APP Sindicato, diante dos números que não batem, são apresentados três números do orçamento para a educação no Estado do Paraná (quero pegar aqui precisamente quais são os números), uma tabela com 36% e outra com 24,5% da educação superior apenas usada no ano passado; educação geral e na educação básica apenas 19%. Quando a Secretaria apresenta 34% depois diz que 26% e o Tribunal diz que é 27%.

Ora, três demonstrativos apresentados, nem um, nem o outro, estão batendo. O que bate na verdade é que foi gasto com a educação básica, 19,5%.

Dou o aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. **Ângelo Vanhoni (PT)**

Deputado Padre Paulo, me preocupa a sua fala na tarde de hoje, porque não sei se os outros Deputados têm conhecimento, mas gostaria que V. Exa. explicasse exatamente do que se trata, porque não conheço. Tenho em alta conta o trabalho da Secretaria da Educação em relação aos professores no Estado do Paraná. Sei que tem uma disputa em relação à direção da APP envolvendo as duas chapas, que tenho em alta conta, tanto a direção atual da APP quanto a que faz a oposição; soa companheiros do PMDB, que têm militância sindical, companheiros do PT, de vários partidos políticos, que têm tradição no meio sindical do Magistério Público no Estado do Paraná.

Eu gostaria que V. Exa. nos dissesse qual é o fato, para que pudéssemos pensar e poder proferir algum juízo, a respeito do que V. Exa. apenas traz como uma agressão. Precisamos saber do que se trata, e gostaria que V. Exa. nos relatasse o que é.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Quero deixar claro, Deputado Vanhoni, que não é agressão.

O jornal A Tribuna do Norte traz, na primeira página, estampado: A APP - Sindicato é acusada de pagar mensidão de 60 mil para CUT e foi após a visita do Governador naquela região. Aqui dentro está o documento comprovadamente por ele provado de que foi forjado, do presidente atual da APP - Sindicato, por membro da APP, que hoje está lá na chapa contrária. Este é um fato.

Outro fato que quero precisar, Deputado Vanhoni - depois, se quiser posso lhe passar cópia desse documento do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, onde diz: esta chapa estadual tem representação de Ibaiti, que torna relevante o nosso apoio, em papel timbrado do Estado do Paraná com o Governo do Estado, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, com o logotipo.

Está pedindo abertamente apoio à chapa contrária.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Quem assina?

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)**

Adalcia C. de Nogueira, chefe do Núcleo Regional de Ibaiti.

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Sugiro que V. Exa. faça o seguinte: que encaminhe essa denúncia à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, - a Deputada Elza é presidente e peça-lhe para convocar a chefe, para se certificar de que essa correspondência é verdadeira, faça uma peritagem.

Eu gostaria de falar sobre um outro assunto que me parece mais grave, pelo menos à primeira versão.

Deputado, eu já disse que sou simpático à APP, como entidade independente do Governo do Estado. Sei que tem militantes sindicais de vários partidos disputando essa eleição. Tem o jogo político da disputa da eleição. O jornal A Tribuna do Norte - não sei nem qual é o nome - fala de mensalão da CUT para a APP e da APP para a CUT e daí fazer uma dedução de que a Secretaria da Educação está fazendo isso, de que o Secretário Maurício Requião está fazendo isso, apenas porque, como V. Exa. citou, foi logo após a ida do governador a Apucarana, acho temerário tratarmos as questões políticas de um enterevero sindical desta maneira.

Tem alguma prova de que a Secretaria da Educação está por traz dessa denúncia? Tem alguma evidência? Senão, aquilo que se trata, aquilo que deve ser resolvido na disputa política no sindicato, na categoria, vamos estar fazendo um tratamento indevido no Parlamento, maculando a imagem de uma Secretaria de Estado, e também de outro lado da própria APP.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. tem um minuto para concluir.

**O SR. PEDRO PAULO CAMPOS (PT)**

Obrigado, Deputado Vanhoni.

Tenha a certeza que estaremos encaminhando à Comissão de Educação.

Para concluir, apresentar um outro lado. Quando estiveram aqui presentes os professores, em ato público em frente ao Palácio, foi distribuído - e está comprovado por assessores da Secretaria de Educação - material gráfico, onde relata e no final convida todos ao Encontro Estadual da Educação do PMDB, no dia 28 de maio, em

Matinhos. Comprovadamente não foi em encontro da educação do PMDB. Primeiro, não poderia a Secretaria de Educação convidar para um encontro do Partido. Segundo, foi distribuído isso aqui no dia 27 de abril. O Deputado José Maria não está nem sabendo desse ponto...

**(Corte do som)**

Já seria um erro.

Segundo, mesmo que fosse, não poderia ter feito. Foi um encontro para discutir a questão da "chapa 2".

Então, o que trago aqui é, de fato, uma denúncia, para que isso não aconteça. A política é a arte do bem comum. A disputa - como muito bem disse o Deputado Vanhoni - deve se dar em uma outra esfera e não nessa, aqui, de acusação, evidentemente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

**Deputado Rafael Greca (PMDB)**

**O SR. RAFAEL GRECA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos. O primeiro, é a transferência da operação do sistema elétrico do Paraná para Florianópolis, nos escritórios da ELETROSUL - o que é extremamente preocupante do ponto de vista que um ente privado vai passar a mandar na COPEL. A COPEL é nossa, mas quem liga e desliga a luz é um ente privado, instalado em Florianópolis.

Estou entrando com uma Ação Popular contra NOS para tentar impedir que em janeiro próximo a operação do sistema elétrico mude para Santa Catarina. Até porque, quando Santa Catarina sofreu o blecaute, em 1999, - se não me engano era março - e em 2002 - se não me engano era em outubro - a luz apagou na ilha de Santa Catarina de maneira catastrófica e quem foi acender a luz para eles foi a equipe da COPEL. Nós temos um centro de excelência de renovada e refinada qualidade aqui na Rua Padre Agostinho, em Curitiba, que mede o pulso de frequência elétrica das barragens e, ao mesmo tempo, por computador, mexe nas palhetas das barragens para impedir as quedas de energia e de carga. E nós vamos desmanchar o que é bom, para -, com certeza, cobrando mais do consumidor - transferir essa responsabilidade para Santa Catarina.

O senador Bornhausen deve ter feito isso. O Paraná tem três Senadores e será que nenhum vale mais, politicamente, do que o Senador Bornhausen?

Então, quero propor aos Deputados do Paraná, aos Deputados Federais do Paraná, aos Senadores do Paraná, para que vejam essa como uma causa do Paraná e não uma causa Rafael Greca.

A segunda coisa, agora mudando completamente de assunto, é que coloquei à Mesa um pedido de gratifi-

cação por atividade artística de R\$ 1.500,00 para os músicos da Orquestra Sinfônica do Paraná e para os bailarinos do Corpo de Baile do Teatro Guaíra. Essa gente não é remunerada por atividade profissional; eles têm a gratificação de executores de serviços. E se o Paraná quer ter uma Orquestra, quer ter um Corpo de Baile e o Governador quer se livrar da questão de como fazer concurso para músicos, muito mais inteligente do que fazer um concurso com um salário mínimo de R\$ 335,00, que não vai reter nenhum músico em Curitiba, é colocar sobre o salário de funcionários desses músicos, uma gratificação profissional, prevista na tabela funcional do Estado, por atividade artística.

O refinamento da Orquestra na última edição da Ópera La Bohème, de Puccini, no Teatro Guaíra, qualifica a Orquestra para ser um orgulho do Paraná e quem quer ter orgulho dos seus corpos funcionais artísticos, tem que pagar por isso, senão nós perdemos músicos, perdemos artistas para os outros Estados, sobremaneira para São Paulo e para o Rio de Janeiro, para Porto Alegre e para Santa Catarina, onde os Governos locais têm uma política civilizada de valorização por atividade artística.

Era isso que queria dizer, desejando a todos os Deputados um Dia da Pátria de reflexão, porque o Brasil que temos, decididamente não é ainda o País que merecemos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito: Deputado Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Srs. Deputados, nós estamos vendo, já reiteradas vezes, acontecer lá no campo e nós falarmos aqui e os Deputados da Oposição tomarem uma posição contra o abuso que vem sendo feito pelo Governo do Estado com relação à força verde.

Nós queremos registrar, neste exato momento, uma situação que chega a ser de perplexidade. Na região do Vale do Ivaí, mais propriamente Santa Isabel do Ivaí, Querência do Norte, naquela região, os pequenos produtores rurais estão sendo chamados - quando não são chamados são levados pelo camburão da polícia do governo - para constituírem as suas reservas legais e fazerem as suas matas ciliares. Mas, pasmem, Srs. Deputados da Oposição e da Situação, propriedades até trinta hectares estão isentas pelo código de florestas a constituir reserva legal, mas deve também, por outro lado, constituir a mata ciliar.

Mas, vamos ao ponto que deixa atônito a todos aqueles agricultores e produtores rurais daquela região. Em 1983, assumi uma divisão do café do Paraná de mecanização agrícola, e o hoje Senador, Osmar Dias a presidência daquela instituição. Depois, fui ser o Supe-

rintendente da Pesca no Paraná convidado pelo Presidente Tancredo Neves, que não tomou posse, mas fui nomeado pelo Presidente Sarney, na SUDEP, no Paraná durante um ano e meio, e incentivamos o programa de arroz e peixe, que se chama rizicultura.

O Governo Federal tinha um programa que se chamava Pró-Várzea, que era o programa de aproveitamento das várzeas para plantio e cultivo de arroz irrigado, que era uma extensão daquilo que se faz no Rio Grande do Sul, que se faz no Uruguai, que se faz na China, que se faz no Mundo, o aproveitamento das áreas baixas, onde nos primórdios da civilização os egípcios usavam o Nilo e as riquezas minerais das suas vazões para suprir de adubo a terra e produzir o alimento para os povos.

E aqui no Paraná, os agricultores de Querência, de Santa Isabel, os agricultores, enfim, dos vales ricos dos nossos rios, aproveitaram as várzeas com o apoio técnico da EMATER, da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, da SUDEP, e esses mesmos agricultores que foram financiados pelo Banco do Brasil, pelo BANESTADO - de saudosa memória esses mesmos agora estão sendo algemados, presos e levados a responder inquérito policial porque não têm eles a sua mata ciliar! Mata ciliar que o Governo do Estado, a União e os Municípios ajudaram a destruí-la!

Ora, vamos fazer um trabalho em conjunto para que se possa fazer em substituição às matas ciliares, os tanques de repovoamento de alevinos, para podermos repovoar os nossos rios e criarmos então um meio ambiente alternativo que possa vir a ajudar a salvar aquilo que gerações vêm predando pelo Brasil afora e, inclusive, com o apoio e o financiamento do Governo e dos órgãos representativos do Estado.

Então, deixo aqui hoje o meu protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais uma vez trazemos esta que é a queixa do pequeno produtor do Paraná, que é a queixa daquele que acreditou que deveria ficar na roça para produzir e dizer à Força Verde do Requião, menos algema, menos violência, mais compreensão e mais tolerância, porque este é o ensinamento que deve prevalecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na Sessão de hoje para discorrer também sobre um fato, não o mesmo narrado pelo Deputado Rafael Greca, mas quase idêntico - trata-se do INSS.

O Governo Federal, no dia 16 de agosto, através do Decreto 5513, extinguiu nove Superintendências do INSS do nosso Brasil, inclusive a do Paraná. E o que ele

criou? Cinco gerências regionais! E o Paraná, Srs. Deputados, e o Rio Grande do Sul, vão pertencer à gerência regional do INSS em Santa Catarina! O Paraná tem hoje um milhão e trezentas mil pessoas que dependem exatamente da assistência do INSS.

Temos no Estado do Paraná, 52 agências que dão atendimento exatamente a este contingente de pessoas, Deputado Chico Noroeste. E, o que o Governo do Estado está fazendo agora? Até o presente momento, que seja do meu conhecimento, absolutamente nada! Fecham-se as instituições no Paraná, prejudicam-se as pessoas, os paranaenses, e o Governo, nada faz! Aliás, será que não é isto que o Governo do Estado, de repente queira?

Se não bastasse a forma como se administra o Porto de Paranaguá, espantando as empresas que exportam e importam os produtos via nosso porto, agora o Governo Federal, que em sintonia com o Governo do Paraná, Roberto Requião, em 2002 estiveram no mesmo palanque pedindo voto um para o outro, os companheirinhos, agora tomam atitudes que vêm em prejuízo, Deputado Plauto, à sociedade do Paraná. E nós, como Deputados, não podemos aceitar isto.

Sei que os Srs. Deputados também devem ter recebido uma correspondência da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, subscrita pelo seu Presidente, Ágide Meneguette, que pede, exatamente, que nós, Parlamentares, tomemos alguma providência ou, ao menos, venhamos a nos engajar nesta questão.

Não é admissível, não é concebível quando a sociedade de um Estado conquista aquilo que é de mais direito, de mais sagrado para ela, o atendimento, e fecha a Superintendência do nosso Estado, abre-se uma gerência regional em Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do Sul estão subordinados a essa gerência regional do INSS! E as nossas gerências regionais: Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba, todas subordinadas a essa gerência regional?

Um pedido todo especial que fazemos à Assembleia, mas de uma forma muito especial à Bancada do PT, que é composta pelos Deputados do Partido do Presidente Lula, que se manifestem e assumam também essa causa, essa bandeira e façam com que o Governo possa voltar atrás dessa decisão em prejudicar os nossos segurados, os pretendentes ao seguro do INSS, e que não precisemos depender de outro Estado. É lamentável que isso esteja acontecendo no nosso Estado, com os nossos segurados e os segurados do INSS!

Este é o motivo, Sr. Presidente, que me trouxe a ocupar o Pequeno Expediente. Com toda certeza nas próximas Sessões, iremos debater muito esta questão.

Esperamos que o Governo Federal, acima de tudo, seja sensível e que volte atrás dessa decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira.

## **Deputado José Maria Ferreira (PMDB)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Deputado Elio Lino Rusch apresentou a esta Casa, juntamente com outros Deputados, projeto de decreto legislativo que visa sustar o Decreto Executivo 33/40.

Não tenho dúvida que do jeito que está sendo tratada a questão da reserva legal, da reserva permanente, a política que está sendo implementada pelo IAP e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente não é suportável, nem para o Governo e muito menos para os proprietários rurais, em sua grande maioria.

Acho que o caminho que deve tomar esta Casa não é a revogação do decreto do Executivo, mas de fazer uma grande discussão para que possamos oferecer, por parte do Legislativo, opções ao Executivo, à sociedade e ao meio rural.

Tivemos a edição do Decreto 387/99, que disciplinava esta matéria, especialmente o Código Florestal, a Lei 4771, de 65 e depois a Lei de 2000, 98/2005, se não me falha a memória, que visava fazer as correções do código anterior. Agora o Decreto 33/20 ainda cria um melhor condicionamento, porque fala em bacia, em ecossistema; o decreto já fala em microbacia, o anterior aliás, a Lei 4771 fala em microssistema e fala também em microbacia e não define o ecossistema.

Então, por essa razão, estava conversando com o Presidente desta Sessão, o Deputado Pedro Ivo, junto com o Deputado Elio Rusch em fazermos uma grande discussão nesta Casa, através de uma audiência pública, um instrumento que possa trazer os interessados, tanto a FAEP como os sindicatos rurais, como as ONG's, o Governo, esta Casa, as cooperativas, para então estabelecermos uma linha.

Não vejo simplesmente a revogação do decreto do Executivo como a atitude mais acertada, Deputado Elio Rusch, mas também reconheço que da forma que está é impossível ficar, tanto para coadunar e contemplar os interesses dos agricultores. Inclusive o próprio estabelecimento da política ambiental no Estado do Paraná é impossível ser suportado. A Secretaria não tem definição nem de como pode e deve ser explorada a nossa reserva legal. Não se tem condições de saber se ela deve ser em reservas continuadas ou descontinuadas. Não se pode saber; cada escritório acaba tendo uma interpretação, o escritório de Paranavaí pode ter uma interpretação, o escritório de Guarapuava, outra.

Isto tem trazido uma celeuma enorme ao Paraná e ao próprio estabelecimento da questão da reserva legal, da reserva permanente e do reflorestamento do nosso chão. Evidentemente que uma área de cobertura vegetal em torno de 4%, 5% é impossível continuarmos, Deputado Ademir Bier, especialmente na região de V. Exa.

Precisamos fazer com que a política não seja a da multa, mas da educação; que seja da conscientização do agricultor, do proprietário para esse grande ato e esta grande ação de Governo, que é o reforestamento das nossas áreas, dos nossos territórios.

Portanto, o decreto legislativo foi distribuído a este Deputado para que ele possa fazer o seu relato na CCJ, mas, na próxima semana, estarei sentando junto com o Deputado Elio Rusch para, em conjunto, encontrarmos uma saída que seja a mais produtiva para o encaminhamento desta solução.

Muito obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

O Deputado José Maria levanta uma questão muito importante.

Acho que a Assembléia Legislativa não pode ficar ausente dessa questão, que é a reserva legal e as matas ciliares e o decreto do Governador do Estado, que é o 3320/2004.

O Decreto, uma parte, o artigo 2º foi revogado pela própria Justiça, argüida a inconstitucionalidade pela FAEP, já caiu. Apresentamos o decreto legislativo para revogar o do Governador Roberto Requião, para facilitar a questão, para que os agricultores possam se legalizar ou possam cumprir os trâmites legais em relação à mata ciliar e, principalmente em relação à reserva legal dos 20%. O Deputado José Maria foi designado como relator desse projeto de decreto legislativo. E tenho conversado com V. Exa. que está presidindo a Sessão agora.

Na próxima semana vamos conversar sobre essa questão. Acho que a audiência pública é muito salutar e ela poderá engrandecer esse debate e procurar aproximar exatamente a questão ambiental com a necessidade da produção do nosso Estado.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Questão de Ordem**)

Utilizo essa Questão de Ordem apenas para me solidarizar com a entidade maior do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná. A disputa sindical está levando à má interpretação de algumas questões. A APP está sendo acusada de pagar mensalão para a Central Única dos Trabalhadores.

Defendemos que todos os sindicatos se sustentem pelas verbas dos trabalhadores e uma Central é sustentada pela contribuição que todos os sindicatos fazem a esta Central. Não existe “mensalão”.

Somos contra aquilo que, de alguma forma vem acontecendo no Congresso Nacional, envolvimento de Deputados, de Partidos. Os responsáveis devem ser punidos. A investigação deve ser séria.

Queremos aqui repudiar que no meio sindical esteja sendo utilizado este clima que está instalado no Brasil, para atingir algo que é importante para o sindicalismo que é a manutenção das suas estruturas pelas contas dos trabalhadores, definido em assembléia, como sabemos que é. Fui sindicalista, fui do Sindicato dos Ban-

cários; ele contribui para a CUT. Não é “mensalão”, assim como a APP o faz.

Por isso quero deixar a minha solidariedade à APP Sindicato e esperar que as chapas não levem o debate para este nível, porque não politiza, só distorce e confunde a opinião pública, tanto da sociedade e, principalmente dos professores, que é a base que deve decidir qual direção devem tomar os destinos da entidade, agora no próximo período.

Peço desculpas a V. Exa., mas diante da gravidade dessas questões trazidas pelo Deputado Padre Paulo, era fundamental fazer esse esclarecimento. Não há “mensalão” na APP. O que há é uma contribuição legal, corriqueira, de todos os sindicatos. A direita acusa o MST, muitas vezes, de cobrar dinheiro de assentados. É uma decisão entre os assentados para poder fazer com que a educação das crianças e as melhorias no próprio assentamento, ocorram. Sabemos disso. No movimento sindical acontece a mesma coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Horário das Lideranças:***

#### O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, do PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sabemos que Curitiba precisa ter um tratamento diferenciado em relação ao recebimento de volume de recursos por parte do Governo do Estado do Paraná. Afinal de contas, esta é uma capital. Afinal de contas, aqui residem dois milhões e meio de habitantes em toda a região metropolitana. Temos que exigir, sim, do Governo do Estado, um tratamento igualitário ou uma equiparação em relação à importância de Londrina que tem sua região metropolitana, um milhão e oitocentos mil habitantes. Aquele desabafo que vimos há pouco do Padre Paulo, da tribuna desta Assembléia Legislativa, também é do Deputado Barbosa Neto, porque o Governador, em uma sentada só, com o Prefeito Beto Richa, libera setenta milhões de reais para Curitiba e Londrina, que se elegeu com um Prefeito da mesma coligação com o Governador do Estado, que estiveram juntos no mesmo palanque, o Presidente Lula juntamente com o Prefeito Nedson, junto com o Governador Roberto Requião, não está sendo beneficiada! Todo respeito merece o Prefeito Beto Richa, os curitibanos, mas queremos também o mesmo tratamento.

No mesmo dia em que eram liberados esses setenta milhões de reais para Curitiba, a Sra. Odete da Silva, juntamente com o seu filho de onze anos, passou mais de 24 horas sentada, para ser atendida no Hospital Universitário e Regional de Londrina e não foi atendida! Não foram

uma, duas, três, quatro, foram 24 horas à espera de atendimento para ser hospitalizado o seu filho doente, de onze anos de idade! Aí, vieram várias desculpas: “não, porque ela não passou pelo posto de saúde para ser encaminhada, porque o pronto socorro estava lotado, não podia atender...” Ora, qual é o tratamento? Principalmente quando a questão é saúde, a tolerância tem que ser mínima e quando são idosos e crianças, muito menos tolerância devemos ter, porque afinal de contas, esse Governo propala aos quatro ventos, que investiu um bilhão de reais, em saúde. Uma mentira deslavada, porque está aqui, o jornal Folha de Londrina, mostrando que fechou o único hospital público, que atendia pelo SUS, em Telêmaco Borba. Isso, nós não víamos no governo passado!

Então, são essas questões que precisam ser colocadas aqui. Eu não sou do PT, não sou da Base Aliada do Governo, não sou da Base Aliada do Prefeito Nedson Miqueletti, mas não vou aceitar esse tipo de discriminação!

Concedo o aparte ao Deputado Bradock.

#### **O Sr. Delegado Bradock (PMDB)**

Deputado Barbosa Neto, o hospital de Telêmaco Borba, não é público, é do Dr. Feitosa. O Governador, há alguns dias atrás, esteve em Telêmaco Borba levando equipamento para o hospital, para que não fosse fechada a pediatria, e eles, num ato de descaso, de falta de educação para o Governo do Estado, não à pessoa do Governador, nem compareceu para receber os equipamentos, e ameaçou constantemente em fechar o hospital, depois que ele engordou os seus bolsos!

O Dr. Feitosa engordou os bolsos; fechou o hospital! O Governador vai desapropriar o hospital ou construir outro. Não vai deixar Telêmaco Borba sem hospital.

Obrigado pelo aparte.

#### **O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Obrigado, pelo aparte que faz, Deputado Bradock, só que a informação que eu tenho, é que é o único hospital credenciado pelo SUS. É claro nós não podemos, também aqui, porque é público ou privado, prejudicar a população.

Se for o único que é credenciado pelo SUS, o Governo, é claro, tem que ter responsabilidade, porque não é só Telêmaco Borba, mas toda a região também será prejudicada em relação a este caso.

Mas o Governo, que gastou tanto com distribuição política de ambulâncias, não deveria permitir esse fato e tantos outros ligados à questão da área da saúde.

Voltarei numa próxima oportunidade para falar da discriminação que Londrina vem sofrendo e a região metropolitana, por parte do Governo do Estado. Assina-se um convênio, de quatrocentos mil reais, para verbas da SANEPAR, enquanto que, em outros municípios, são oito, dez milhões e tantos outros recursos, que infeliz-

mente parece que não há representatividade do norte do Paraná, pelo menos por parte dos Deputados que atuam na Base de Sustentação do Governo, para que sejam alocados os recursos para a nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

PFL, Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós temos acompanhado nas últimas semanas, a determinação do Poder Judiciário, para com que algumas concessionárias de pedágio, das rodovias que compõem o ANEL de Integração do Estado do Paraná, pudessem ter as suas tarifas reajustadas.

Nós vimos há pouco mais de uma semana, a concessionária Caminhos do Paraná tendo um reajuste na casa de 42%! Repito, 42%.

O porquê, Sr. Presidente e Srs. Deputados. No ano de 2003, o Governador do Estado do Paraná, em cima do seu discurso eleitoral, ele queria abaixar ou acabar com o pedágio no nosso Estado; fez um acordo. Um acordo com a concessionária Caminhos do Paraná, e também o acordo com a concessionária Cataratas, que é aquela de Cascavel e Foz do Iguaçu, acordo esse em que a concessionária deixava de ter as obrigações de realizar as obras que estavam no seu contrato. Em contrapartida, ela teria que abaixar o pedágio, Deputado Chico Noroeste. O senhor é de Foz do Iguaçu, e acompanhou, muito bem, toda essa novela.

O DER - Departamento de Estrada e Rodagem, o Governo do Estado assumiria a obrigação de executar essas obras. Tudo isso foi colocado em um contrato, em um compromisso entre o Governador Requião e as concessionárias. Só que o Governador não assinou e as concessionárias aguardaram o tempo correr, e o que elas viriam? Elas viram o seu tempo reduzir em 30%, e não viram o Governo realizar a sua parte, cumprir a sua parte, que era executar as obras de terceira faixa, que era executar algumas obras de infra-estrutura necessária, que existiam lá no contrato no período em que foi firmado, no ano de 1998.

O que as concessionárias fizeram? Procuraram a Justiça, procuraram o Poder Judiciário e entraram com a sua defesa pedindo o reajuste do pedágio, para que elas pudessem executar as obras que o Governo tinha assumido compromisso e não estava cumprindo! Muito bem! Vimos há dias atrás a Caminhos do Paraná aumentando o preço do pedágio em 42%, e no dia de ontem, vimos aí a Concessionária Cataratas também por motivos relacionados àquele entendimento com o Governador, onde ele pedia para que as Concessionárias baixassem o preço do pedágio, ela baixou e o Governo não cumpriu a sua parte!

Elas entraram na Justiça e também conseguiram um reajuste para poder contrapor os compromissos que o Governador tinha assumido e não cumpriu.

Daí, pergunto: o pedágio vai baixar ou vai acabar no Estado do Paraná? Com essa conversa fiada o Governador Requião, que no período eleitoral transmitiu ao povo, paranaense, ganhou os votos dos paranaenses! Com esse mesmo discurso ele vai ser enforcado nas eleições do ano que vem, porque ficou claro, ele fez um compromisso, uma promessa de campanha, sem saber se podia cumprir, fez para ganhar os votos!

Esse é o verdadeiro estelionato eleitoral. Quando você inventa uma história que durante aquele curto período eleitoral pode ser comprovada ou não, essa história acaba enganando o povo e acaba trazendo votos para o candidato que, em cima daquela mentira, vence as eleições.

Mas está aí, vai morrer do mesmo veneno que utilizou para derrotar os seus adversários e a grande prova vai ser no ano que vem. Oxalá o povo paranaense possa saber separar o que é o certo, o que é errado, o que é verdade e o que é mentira, porque essa foi a grande mentira que o Governador Requião contou para o povo do Paraná e com essa mentira ele vai ser derrotado!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto a liderança do PSDB.

(**Declina**)

Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Maria.

### ***Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira:***

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, ouvindo atentamente o Deputado Barbosa Neto, onde coloca as dificuldades da questão da saúde do Estado do Paraná, nós reconhecemos que o Estado tem dificuldades. Nós não podemos deixar de analisar, avaliar o que foi feito neste período. Só para alguns detalhes.

No dia 1º de janeiro de 2003, quando esse Governo assumiu o Estado do Paraná, nos seus 140 anos de Emancipação Política, tinha 668 UTI's. Hoje, o Estado do Paraná conta com 990 UTI's. Elas foram construídas ou em convênio, ou contratadas, para que pudessem atender à população do nosso Estado.

Então não é agora vir dizer, "olha, faltam UTI's". Agora isto é tudo um processo histórico de falta de investimento, porque se viesse fazendo os investimentos adequados na saúde, com certeza, com os recursos que foram locados para colocar à disposição da nossa população, estas mais de trezentas UTI's em menos de dois anos e meio seriam suficientes para atender adequadamente à nossa população.

V. Exa. falou da região de Londrina, mais especificamente da Região Metropolitana de Londrina. Os recursos públicos são escassos, e concordo também que não é por falta de exacerbação taxaço de tributos e impostos, mas se nós analisarmos que um caminhão que foi para a regional norte da SANEPAR a um custo de quatrocentos mil reais, que vai evitar o problema que aconteceu, recentemente, lá num conjunto, aonde um vazamento de água danificou três ou quatro casas de trabalhadores, de operários, inclusive de desempregados que não têm para onde ir, com este caminhão evidentemente nós estaríamos melhorando o atendimento, ampliando o grau de satisfação dos consumidores da SANEPAR, além do que estaríamos atuando preventivamente para que os danos ambientais, possíveis danos, não viessem atingir o nosso meio ambiente. E não são só esses caminhões, são seis caminhões colocados, um em cada regional da SANEPAR; eles são necessários.

Agora, dizer que o Governo Roberto Requião não investiu em Londrina e na região? Eu posso até reclamar pela minha cidade, donde tenho o meu título e o meu domicílio eleitoral que é Ibiporã, mas na região metropolitana o Governo fez investimentos, sim, especialmente na cidade de V. Exa., tem mais de cem milhões investidos em convênio, em parceria com o Município de Londrina para o setor de saneamento, água, esgoto, construção de novas adutoras, perfuração de poços para ser assegurado o abastecimento de Londrina, que só nos últimos doze meses foram três poços artesianos que consumiram dez milhões de reais nos três poços, só esses três poços; além do que, nós tivemos um investimento na saúde, considerável!

Só na questão do HU, os investimentos foram expressivos. Nós estamos investindo oito milhões de reais na ala de queimados do HU, nós estamos num projeto firme, já conseqüente, que esses dias recebeu a visita do Secretário Aldair Rizzi, do Secretário do Planejamento, Stephanes e do representante do Secretário da Saúde, para quê? Para que nós possamos fazer a descentralização da atuação do Hospital Universitário de Londrina, que hoje entulhado por procedimentos de menor complexidade, está deixando de cumprir a sua função de hospital-escola, aonde o Governo vai ampliar o hospital da zona norte para 100 leitos, e ampliar para mais 100 leitos o hospital da zona sul, descentralizando os procedimentos de média e de baixa complexidade para essas instituições, e fazendo do Hospital HU o verdadeiro hospital-escola, e constituindo no Hospital de resoluções de alta complexidade.

Então, há investimentos sim. O que não houve foi no governo anterior que ficou e o Vereador Tercílio Turini reuniu, fez visita ao Palácio do Iguazu, no Governo Jaime Lerner e ficou pendurado com o compromisso com a comunidade londrinense de oito milhões de reais, que nunca apareceram em Londrina para poder executar!

Se aqueles recursos que o Vereador Tersílio Turini veio em caravana buscar tivessem saído, com certeza hoje teríamos menos dificuldades do HU.

Com relação à fala do Deputado Plauto, tenho um apreço pelo Deputado Plauto Miró, mas é inconcebível ouvir e vê-lo subir naquela tribuna e falar sobre o preço de pedágio.

Deputado, S. Exa. apoiou o pedágio, participou do famigerado projeto de estelionato em 1998, quando Governo Jaime Lerner abaixou em 50% preço da tarifa em junho de 1998 para ganhar a eleição.

Se hoje temos um pedágio que cobra o que cobra, não é de responsabilidade do Roberto Requião. Baixar pode, mas o preço que está sendo cobrado temos que cobrar é do governo anterior e da sua base de apoio, que permitiu essa insanidade do Estado do Paraná.

Não posso ficar calado ouvindo o Deputado, que é meu amigo pessoal, fazer uma cobrança que não lhe cabe o direito, não moral, o direito como Parlamentar, sim, porque na oportunidade apoiou e deu todas as condições para que o preço do pedágio fosse o que aí está.

Quem apoio? Quem estimulou? Quem que participou? É impossível ouvir e ficar calado, quando o estelionato foi em junho de 1998, reduzindo o preço do pedágio para ganhar uma eleição.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Desde o mês de junho, quando morreram 25 pessoas por falta de leito de UTI, o HU está esperando uma resposta do Governo do Estado, e que até agora não veio.

Londrina que tem hoje apenas 94 leitos de UTI e V. Exa. diz que aumentaram esses leitos de UTI no Paraná, poderia Londrina ser aquinhoadada com, pelo menos, uma parte responsável, diante da importância que representa.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Com esta nova configuração do atendimento de Londrina, é para ser acrescentado ao estoque atual mais 20 UTI's com essa reforma.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

O que V. Exa. pensa desses setenta milhões de reais sendo liberados aqui para Curitiba, e Londrina não teve um repasse desse valor para um prefeito que esteve junto, toda a campanha, com o Governador Roberto Requião?

Acabou de ser assinado um convênio do Governo do Estado com a Prefeitura de Curitiba, no valor de setenta milhões de reais.

Parece que isso causou um certo constrangimento, inclusive com os Deputados da base aliada e aqueles companheiros tradicionais do Governador Roberto Requião.

Talvez o Deputado Bradock tenha mais informações.

#### **O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

#### **(Assentimento)**

Curitiba também tem paranaense. Então, acho justo que também vá a Curitiba. Londrina, pelo que eu sei, no ano passado, recebeu vários milhões e recursos, como receberam Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Telêmaco Borba.

Acho que há aí uma discrepância. Setenta milhões porque Curitiba é muito maior que Ponta Grossa e Londrina juntas, e Maringá e, aqui também tem paranaense. Mostra que o Governador Requião, embora o Prefeito daqui não seja do partido do Governador, atende o partido do outro lado. Só queria complementar essa questão.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT) (Aparte)**

Acho que posso deixar o pronunciamento para que V. Exa. conclua.

Agradeço o aparte, Deputado José Maria.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Eu que lhe agradeço.

O esforço do Governo do Estado é presente. Falta? Falta! E o dia que nós concluirmos que o Estado não tem mais necessidade, não haverá necessidade da taxação e da tributação, porque ela é, justamente, para sustentar essas demandas sociais! Agora, o que nós não podemos é fazer o discurso da ema. Ema é aquela que enfia a cabeça na areia e esquece do que fez no passado. Isso não dá!

Eu, toda vez que ocupei a tribuna, no passado, sempre tive muita preocupação. Se eu pudesse na situação de Situação (um trocadilho) poder fazer a mesma defesa que fiz no passado, eu não tenho dúvidas.

É por isso que tenho buscado com coerência os pronunciamentos, para que não tenhamos dificuldade de sustentar aquilo que fizemos diferente no passado.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Liderança da Oposição.

Com a palavra, o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tenho visto, algumas vezes, nesta Casa, o famoso discurso do avestruz, aquele que coloca a cabeça dentro do buraco e deixa a traseira para cima. São discursos que não condizem com a verdade.

Quero aqui, afirmar que o governo atual do Roberto Requião, nosso Governador do Paraná, está terminando. Faz praticamente três anos e meio de Governo, e eu vejo que na hora que os erros acontecem no atual Governo, no lugar de tentar justificar, eles tentam atacar os governos passados e acabam levando nessa linha de discussão.

Quero aqui lembrar, Sr. Presidente: “O pedágio baixa ou acaba!” Foi assim que venceram as eleições. E mais: junto com o Presidente Lula que pedia votos para o Governador Roberto Requião - lembro-me como hoje, do Presidente Lula e do Requião, que dizia: “Lula, reze por mim! Presidente Lula eleito!” e O Lula dizia: “Requião, meu irmão, estamos juntos! Um pacto de sangue!” Tudo isso vem à tona no ano que vem. Tudo isso vai ser discutido no ano que vem.

Quero lembrar mais: os Parlamentares que hoje fazem parte da base aliada do Governador Roberto Requião, que dão sustentação para este Governo, questionaram, agrediam o Governo anterior, porque não gastava os recursos constitucionais, aquilo que a Constituição falava na área da saúde. Vejam, no ano de 2004, é 12% que a Constituição diz que os Governos têm que investir em saúde. Aqui no Paraná gastaram só 9%. Então, falaram, falaram, falaram e fizeram exatamente o contrário, depois que chegaram ao poder! Na área da segurança pública, a criminalidade aumenta no Estado inteiro e não investem na área de segurança pública. “Ah! Contratamos X policiais, algumas viaturas”. Isso, comparado com as ações necessárias que a polícia pede, não é nada! Tudo isso faz com que eu, você, todos nós sintamos na carne a alta de criminalidade no Estado do Paraná. Então, quem paga, são os paranaenses, pela falta de ação na área de segurança pública.

Quero falar da agricultura, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Sabem quanto o Governo do Estado está gastando na pasta da Vice-Governadoria, na área da agricultura? 1,7% do orçamento!

Ai que saudades me dá daquele programa “Paraná 12 meses”! Quantas vezes fui nos municípios levar dinheiro, a fundo perdido, nobre Presidente e Srs. Deputados. De graça, para os produtores comprarem calcário, sementes, plantadeiras, tratores, muitos recursos desses, de graça, foram investidos na melhoria das residências dos pequenos produtores no Estado do Paraná. Um programa que foi contratado pelo Governo anterior e hoje, o que tem na agricultura? Nada, Deputado Elio Rusch! Prosa e prosa, muita prosa. Discursaram tanto no passado e hoje não estão fazendo nada vezes nada, Sr. Presidente.

E para concluir, quero falar na área da comunicação social.

Meu Deus, o que esses homens falaram do que o Governo anterior gastava na área da comunicação social! Tantos milhões, uma barbaridade, isso, aquilo, querem CPI, discurso, requerimento e movimento na rua e sempre batendo na comunicação social! Deputado Ratinho, o senhor é um homem da comunicação. Sabe quanto eles estão gastando este ano? 140 milhões de reais, só no ano de 2005! Sabe quantas casas dava para construir, Deputado Elio? Dava para construir dezoito mil casas populares no Estado do Paraná! Vejam dezoito mil!

Olha, é muito papo e pouca ação. Eu esperava muito mais deste Governo que aí está. O que vejo, é

verba destinada para a comunicação social, para poder divulgar as suas ações, sendo que boa parte delas não é verdade.

Quando falam de segurança pública na televisão, opa! Na televisão pagam com esses 140 milhões de reais! O que a gente vê lá, na verdade? A criminalidade crescendo e o povo sofrendo!

Então, é muito papo e pouca ação! Isso vai ser tirado a limpo no ano que vem, na hora que a alternativa contra tudo isso que está aí, contra Requião, contra Lula, contra essa corrente política que tomou conta do Brasil e do Estado do Paraná. É o mesmo time. É o time que esteve junto nas últimas eleições, no mesmo palanque. E para este povo teremos uma alternativa. Aqui no Estado do Paraná, tudo indica o Senador Osmar Dias, com discurso sério, sem mentir, sem enganar, sem estelionato eleitoral. E, para Presidente da República, Sr. Presidente, o PSDB, o PFL junto com os demais Partidos, vão ter uma alternativa também contra o então Presidente da República. Não sei se vai ser o José Serra, que por sinal já está liderando as pesquisas da opinião pública, ou o Governador de São Paulo, o Geraldo Alckimim. Sei que uma aliança vai acontecer para se apresentar uma alternativa contra o estilo de governar o Brasil e o estilo de governar o Estado do Paraná.

É o mesmo time, a mesma corrente política. E para este povo, nós vamos ter o remédio ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 29 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Ademir Bier, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)

(**Procede à chamada nominal**)

Há treze Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 320, 430, 435, 436, 480, 482 e 490/2005; e do Projeto de Resolução nº 014/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/2003; 026, 194 e 230/2005; e do Projeto de Lei Complementar nº 082/2005.

Levanta-se a Sessão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX